

PIB

Alta da dívida pública pode frear expansão

Crescimento desordenado de gastos é risco a ser evitado, dizem especialistas

» ROSANA HESSEL

Professor doutor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Simão Silber acredita que a economia externa deverá contribuir para uma expansão menor do PIB brasileiro no ano que vem. “O crescimento global não deve chegar a 2%, e esse é um número muito baixo para o padrão médio de 3,8% dos últimos 20 anos. O governo não tem instrumental para fazer o PIB crescer de forma mais robusta e, se o presidente Lula fizer o que está fazendo, vamos ver crescimento menor ainda, porque não é fazendo mais dívida que o crescimento virá”, alerta o economista, comentando declarações recentes do chefe do Executivo.

“Acredito que, se houver um mínimo de bom senso e capacidade de persuasão de Fernando Haddad, será possível evitar o crescimento dos gastos de forma desordenada”, acrescenta Silber. “A média do crescimento mundial está abaixo do padrão, e 2024 não será um ano bom para economia global. Ela continuará com altos e baixos devido a vários vilões — os efeitos da pandemia de covid-19, a guerra no Leste Europeu e fatores macroeconômicos adversos”, explica.

Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, ressalta que existem fatores de preocupação em 2024 que precisam estar no radar

do debate econômico, como a eleição municipal, que vai determinar o jogo político para 2026, com um orçamento no mesmo patamar da corrida eleitoral de 2022, perto de R\$ 5 bilhões. “Devemos ter eleições bastante acirradas e com viés expansionista”, aposta.

Fator positivo

Por outro lado, Margato, aponta como um lado positivo para o próximo ano a possibilidade de os Estados Unidos começarem a cortar os juros de forma antecipada, o que poderá ajudar a valorização de ativos de mercados emergentes, como o Brasil. A última decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) deixou os agentes da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) animados, tanto que o Índice Bovespa (IBovespa) bateu recordes e chegou a encostar em 133 mil pontos nos últimos dias.

“A parte fiscal é o principal risco interno em 2024. Neste momento, é menor do que a gente tinha há um ou dois meses, porque Haddad aprovou muita coisa no Congresso. Mas é a velha história: vãos os anéis e ficam os dedos”, destaca Luís Otávio de Souza Leal, economista-chefe da G5 Partners, em referência ao limite de R\$ 23 bilhões para o contingenciamento no próximo ano imposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

De acordo com Fernando

USP/Divulgação



Simão Silber: “Governo não tem instrumentos para fazer PIB robusto”

Honorato, economista-chefe do Bradesco, ainda é possível ser “moderadamente otimista” com relação ao crescimento da economia no ano que vem. Um dos motivos é a expectativa de melhora do ambiente internacional, à medida que o Fed reduzir as taxas de juros. “Isso ajudaria bastante os países emergentes e, em paralelo, a queda forte do preço do barril do petróleo pode contribuir para retirar riscos de inflação do cenário”, explica. Na avaliação dele, a queda das taxas de juros no Brasil também pode sustentar a demanda doméstica, contribuindo para o crescimento do

PIB mais perto de 2%, ou até mesmo acima disso.

Honorato acredita que existe espaço para corte dos juros para até 9% em 2024, com a inflação em torno de 4%. “Mas o fiscal vai ser um problema se ele provocar desvalorização da moeda. Por enquanto, não estamos com esse risco no radar, porque, apesar de a dívida pública brasileira ainda ser elevada, com o novo arcabouço fiscal, ela deve crescer menos do que a média dos países do G20 (grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento mais a União Europeia)”, afirma.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Discussões ociosas

Do Brasil de Bolsonaro ao Brasil de Lula, o Brasil das discussões ociosas, distante das prioridades, é o que ocupou a maioria do tempo, influenciando decisões. Salvou-se o Legislativo, ao aprovar a reforma tributária sobre o consumo, a mais importante desde o Plano Real, de 1994. Os demais atores relevantes ficaram no débito.

O mercado financeiro, influente desde que a economia perdeu a vez de puxa-fila do dinamismo global dos anos 1950 a meados de 1980 ao persuadir até capitães da indústria a temer o fantasma do “abismo fiscal” permanente, conseguiu desviar o governo Lula de fazer algo minimamente criativo na gestão da economia e do setor público. E o fez sem se avexar em parecer patético e alienado.

Foi o caso do ex-diretor do Banco Central que teve a publicidade da chamada “grande imprensa” para profetizar, na véspera do Natal de 2022, que “o ambiente vai ficar pior, é câmbio acima de R\$ 6, Selic indo para 16%”. E como estamos agora? Com dólar abaixo de R\$ 5 e flertando com taxas no entorno de R\$ 4,50, com inflação em 12 meses até novembro de 4,68% e Selic ainda obesa de 11,75%.

Se fôssemos uma empresa em regime de recuperação, seus gestores visitariam credores e potenciais investidores com um plano em que o sumário executivo destacaria nossos diferenciais e o que fazer para alavancá-los, viabilizando o passivo e a saída do prejuízo.

Fizemos o inverso: o governo priorizou o plano de contas para o ano, propondo ao Congresso a chamada PEC da Transição, que abriu espaço para gastos acima do teto então vigente de R\$ 168 bilhões.

Na sequência, propôs outro regime fiscal para substituir o teto roído pela gestão passada, buscando conciliar um ligeiro aumento de gasto para os anos seguintes com a meta de zerar o déficit da lei orçamentária (excluindo juros da dívida) já em 2024.

Sobre os planos de indução do investimento para mover a economia — que cresce (pouco) há 20 anos graças às commodities e programas de transferência de renda —, foram compatíveis com o sucateamento da base física industrial — esta, sim, dinamiza os serviços, maior empregador do país. A tal da “neointustrialização” continua existindo só no papel.

Arcabouço armou o centrão

Tais decisões forçadas entre o resultado das eleições e março são os fundamentos do cenário político e econômico visto em 2023.

Por serem todas dependentes de aprovação do Congresso, onde o governo Lula tem no máximo 130 deputados fiéis (dos quais 69 do PT), a oposição da direita hardcore tem outros tantos (com o PL de Bolsonaro com 96) e a maioria é formada por partidos de centro, o governo não tem a iniciativa parlamentar. E terá menos em 2024.

A lei orçamentária (LOA) de 2024 ampliou as emendas ao dispor de cada parlamentar para um total de R\$ 53 bilhões, das quais 78% de pagamento obrigatório e prazo até meio do ano para liberar a verba enviada às bases eleitorais. Antes o governo decidia quando pagar.

As emendas equivalem ao total alocado para investimentos na LOA, grande parte em infraestrutura: insuficientes R\$ 54 bilhões.

Para complicar as relações com a maioria centrada na Câmara e no Senado, muito próxima ao empresariado, o governo decidiu elevar os impostos, o grosso deles eliminando regimes especiais de empresas, ignorar a busca de produtividade do gasto público e contrariar a intenção majoritária da reforma administrativa do Estado nacional.

Os resultados estão no noticiário: o governo conseguiu expandir a receita tributária orçada para 2024 ao custo de ceder poder para o chamado Centrão, liderado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, e atender demandas paroquiais do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e seu principal apoiador, senador David Alcolombre. Quem ganhou com isso? Seguramente, não o contribuinte nem o governo.

Um “basta!” no horizonte

Os eventos políticos de 2023 vão influenciar a agenda deste ano de eleições municipais e os próximos. O provável é que a atenção se volte para a regulamentação da reforma que criou o IVA dual (um na União, a CBS, outro para estados e municípios), o IBS, Imposto sobre Bens e Serviços, ambos com mesma base tributável e regras).

Segundo a PEC 45, promulgada como Emenda Constitucional 132, em 90 dias o governo terá de enviar ao Congresso as propostas de reforma da tributação da renda, do patrimônio e dos encargos sobre a folha de salários, e em até 180 dias os projetos para regulamentar o IBS e a CBS. O governo vai tentar acelerar a tramitação da renda, com a qual espera aumentar a arrecadação. Terá muita dificuldade.

A prioridade para a maioria do empresariado e setores expressivos dos partidos de centro é fazer a regulamentação do IVA. Articula-se, também, uma espécie de “basta!” a aumento da carga tributária, hoje de 34% do PIB, e mais um gordo naco de sonogação, sobretudo entre micro, pequenas e médias empresas.

Caminho se faz caminhando

Há chance de que emergja uma frente de centro que se diferencie do neoliberalismo darwinista do grupo bolsonarista propondo reformas estruturais em sua ação programática, como a redução de carga de impostos depois de 2026, reinvenção da gestão pública por meio da digitalização total de processos e uso intensivo de tecnologia de informação, tudo para elevar o crescimento movido a investimento.

Oportunidades existem, investidores de longo prazo estão vindo em caravanas procurando barganhas. Esses merecem tapete vermelho, não bem os que a ortodoxia busca atender — o hot money que entra e sai num piscar de olhos. Carência mesmo é de projetos executivos bem-feitos e sem risco regulatório em infraestrutura, além de sinais sobre o que queremos da indústria moderna e da tecnologia.

Siderúrgicas, por exemplo, sem proteção, vão minguar e acabaremos exportando só minério bruto. O setor automotivo tende a importar o que tem valor, com as partes apenas montadas no país. Estudo sobre tendências industriais no mundo do think tank ITIF, dos EUA, diz a respeito do Brasil que somos “um país do passado”, com “desempenho consistentemente inferior em relação ao mundo e [que] só continuou a perder terreno desde 2008”.

Continuamos sem estratégia para conter a erosão industrial. A boa-nova é que empresários e líderes políticos estão se falando sobre o Brasil necessário.

*Feliz 2024! E que nos inspiremos na mensagem do poeta espanhol Antonio Machado: “O caminho se faz caminhando”. Até a volta!



Leão Amigo da solidariedade

Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!

Você sabia que parte do seu imposto de renda pode ser destinado para uma instituição que atende criança e adolescente?

Destine para a Casa Azul Felipe Augusto e apoie um projeto que impacta mais de 2.000 crianças e adolescentes diariamente!

Você pode destinar 6% do seu imposto de renda devido (PF) e 1% do imposto (PJ) para o projeto da Casa Azul.

Por que escolher a Casa Azul?

- Sua contribuição é essencial para ampliarmos nosso alcance e construirmos um Centro de Formação para jovens. É o Projeto Construindo Sonhos.
- Casa Azul reconhecida entre as 100 Melhores ONGs do Brasil por seis anos consecutivos.
- Seu apoio é transparente: acompanhe o investimento do seu imposto de renda.

Depósito até 27/12/2023: Basta depositar na conta do Fundo da Criança e do Adolescente do DF. Envie o recibo para direcionar seu imposto pelo site do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONTA PARA DEPÓSITO:
CNPJ 15.558.339/0001-85
Banco BRB (070) Agência - 100
Conta Corrente 100044149-8

Dúvidas? Estamos aqui para ajudar! Entre em contato com a Casa Azul para mais informações **99168-6481**

Escaneie o QR Code e conheça mais sobre a Casa Azul Felipe Augusto.
Sua doação fará a diferença no desenvolvimento de projetos sociais que transformam milhares de vidas!

